



(RE)CONVERSÃO DOS SUJEITOS DOCENTES EM ESCOLAS DO CAMPO: UM DEVER INCLUSIVO?

Mônica Aparecida Souza Da Silva (monyka_ap2@hotmail.com)
Washington Cesar Shoit Nozu (washingtonnozu@ufgd.edu.br)

Nos últimos anos, ampliou-se o processo de inclusão de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação – definidos como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) – nas escolas do campo, fazendo surgir uma gama de desafios aos atores educacionais. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou analisar as (re)configurações formativas e práticas dos sujeitos docentes de uma escola do campo diante da inclusão de alunos considerados PAEE. A metodologia envolveu pesquisa documental, bibliográfica e de levantamento. O estudo empírico teve sua amostragem limitada a uma escola do campo vinculada à rede estadual de ensino, na região da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, e contou com a participação de 22 professores. Para a coleta de dados fez uso das seguintes técnicas: a) aplicação de questionário sobre o perfil docente; b) observação focalizada em sala de aula; c) entrevistas semiestruturadas com professores regentes e professores especialistas em Educação Especial. Os resultados evidenciaram que a escola dispõe de um corpo docente com formações específicas para suas áreas de atuação, com pedagogos, licenciados em várias áreas curriculares e especialistas em Educação Especial. Os professores especialistas em Educação Especial trabalham como professor de apoio na sala de aula comum (quatro participantes) e como professor da sala de recursos multifuncionais (um participante). Da observação das práticas pedagógicas, notou-se que há uma lacuna no processo de planejamento conjunto entre professores regentes e/ou de áreas e professores especialistas, acarretando em fragilidades no acompanhamento coletivo da escolarização dos alunos PAEE. Diante das condições e das possibilidades da escola do campo, entende-se que o trabalho colaborativo emerge como uma alternativa viável e legalmente amparada, de modo que o professor regente e/ou de área e o professor especialista em Educação Especial e/ou uma equipe multidisciplinar realizem um trabalho conjunto no processo de planejamento, instrução e avaliação de um grupo heterogêneo de alunos, com o intuito de favorecer o processo de ensino e de aprendizagem de todos os alunos, incluindo os alunos PAEE. A proposta de colaboração, para além da ênfase nos professores, necessita do apoio dos gestores e dos demais membros da comunidade escolar, visto que este processo não é rápido e exige paciência, persistência e disposição de todas as partes. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica à primeira autora.